



O CINEMA ALÉM DO FILME: O PROJETO DA IGREJA CATÓLICA BRASILEIRA PARA A FORMAÇÃO DE EDUCADORES CINEMATOGRAFICOS VIA CINE-CLUBE BELO HORIZONTE

Geovano Moreira Chaves*

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

geovanochaves@gmail.com

RESUMO: É sabido que as primeiras sessões do cinematógrafo já despertaram interesse por parte dos católicos em relação aos assuntos do cinema, e sua posição frente a ele foi ressaltada ao longo do século XX, inclusive sendo objeto de preocupações por parte das encíclicas papais.

No Brasil, o cinema já era visto por muitos como um meio de se “educar” a população, e deste modo, os cineclubes católicos em questão adotaram esta proposta, visando assim tornar a visão sobre o cinema por eles tida como coerente, ou mesmo correta, uma visão mais geral, com base na noção de moralidade defendida pela Igreja.

Em meados do século passado, um forte movimento de orientação católica estimulou um modelo de cultura cinematográfica que acabou culminando em cursos de educadores cinematográficos e na fundação de cineclubes, em Belo Horizonte e em várias outras cidades brasileiras.

PALAVRAS-CHAVES: Cineclubismo – Igreja Católica – História

ABSTRACT: It is known that the first sessions of the cinematographer, interest aroused by the Catholics on the theme of cinema, and his attitude to it was underscored throughout the twentieth century, including being the subject of concerns by the papal encyclicals.

In Brazil, the cinema was already seen by many as a way to “educate” the population, and thus, the Catholic film clubs in question have adopted this proposal, thus aiming to make the vision of the film they had as coherent, or even correct, a broader view, based on the notion of morality held by the Church.

In the middle of last century, a strong Catholic orientation movement stimulated a model of film culture that culminated in courses on film and educators in the foundation of film clubs, in Belo Horizonte and in several other cities.

KEYWORDS: Film Clubs – Catholic Church – History

Para que possamos compreender melhor a relação entre a Igreja Católica e seu projeto para o cinema via movimento cineclubista no Brasil, acreditamos ser necessário traçarmos um breve histórico de alguns fatos marcantes que anteciparam as aspirações

* Mestre e Especialista em História pela Universidade Federal de Minas Gerais

políticas de setores da Igreja Católica interessados no cinema, que visavam dar-lhe uma interpretação que ia de acordo com os posicionamentos “morais” da Instituição e que deveriam ser repassados ao público via cineclubismo.

Neste sentido, é sabido que as primeiras sessões do cinematógrafo já despertaram interesse por parte dos católicos em relação aos assuntos do cinema,¹ e sua posição frente a ele foi ressaltada ao longo do século XX, inclusive sendo objeto de preocupações por parte das encíclicas papais.²

Contrariando as expectativas dos setores conservadores que queriam restringi-lo ao papel de agente de propagação da fé, o cinema, “[...] consolidava sua vocação comercial, diversificando-se em gêneros que iam das Paixões de Cristo à pornografia, passando por documentários de viagens, aventuras, contos de fadas e ‘filmes de truque’ que incluíam, entre outros personagens, o próprio demônio”.³

Tais variações cinematográficas então levaram os católicos a manifestarem uma preocupação com o cinema de forma mais sistematizada, e assim surgiram várias formas de organização católica voltadas para a tentativa de manter o cinema sob os desígnios da orientação da Igreja.

No entanto, a ideia de um organismo internacional mais sistematizado, que tivesse como objetivo agrupar as iniciativas católicas no domínio do cinema e confrontar as suas experiências, aconteceu pela primeira vez, em 1928 na cidade holandesa de Haia,⁴ por ocasião do Congresso da *L'Union Internationale des ligues Féminines Catholiques*, com representantes de quinze países. Nesta reunião, foi criado o

¹ Inclusive, a primeira manifestação de censura cinematográfica que se tem notícia em território nacional foi realizada em São Paulo em 1908, no teatrinho do Grêmio São Paulo, mantido pela Igreja Católica. Neste local, alguns padres já cortavam trechos de fitas impróprias aos princípios da moral católica. (Cf. SIMÕES, Inimá. **Roteiro da Intolerância: a censura cinematográfica no Brasil**. São Paulo: SENAC, 1999, p. 21).

² MALUSÁ, Vivian. A contribuição católica na formação de uma cultura cinematográfica no Brasil dos anos 50. **Mnemocine – Memória e Imagem**. Disponível em: <http://www.mnemocine.com.br/cinema/historiatextos/cinemacatolico.htm>. Acesso em: 20/05/2011.

³ ALMEIDA, Cláudio Aguiar. **Meios de comunicação católicos na construção de uma ordem autoritária: 1907/1937**. 2002. Tese (Doutorado em História) – Programa Pós-Graduação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, p. 36.

⁴ Para Hernani Heffner, na cidade de Haia, em 1928, realizou-se o “Congresso Nacional do Cinematógrafo”, e neste congresso foi recomendada a criação de um órgão internacional de coordenação dos esforços católicos no campo do cinema, enfatizando a necessidade de censura como instrumento de resguardo da moral, estando aí a origem do OCIC. (Cf. HEFFNER, Hernani. Contribuições a uma história da crítica cinematográfica no Brasil. **Acervo: Revista Do Arquivo Nacional**, v.16, n.1, jan/jun 2003, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, p. 39.)

Office Catholique Internationale Du Cinema – OCIC, órgão católico interessado em dar orientações aos católicos sobre o cinema.⁵

Também na década de 1930, foi criada, nos Estados Unidos, a *Legion of Decency*, por iniciativa dos bispos católicos daquela nação, que julgaram as várias comissões de censura estaduais e municipais que já existiam insuficientes. Empenhada em mobilizar os fiéis para aquilo que considerava o “bom combate contra o mau cinema”, a Legião da Decência obteve um grande sucesso, sendo inclusive convidada pela indústria cinematográfica a se aproximar de Hollywood, para lá manter a vigilância.⁶

Os produtores cinematográficos relutaram e muito questionaram a censura, prejudicial a seus negócios, conseguindo, inclusive, algumas vitórias. No entanto, em 1933, nota-se que “os bispos norte-americanos assumiram a vanguarda do movimento em defesa da censura, organizando em âmbito nacional a Legião da Decência”.⁷ Esta Legião, “iniciou uma forte campanha contra os filmes que julgava imorais, promovendo abaixo-assinados de cidadãos que se comprometeram a não assistir aos filmes que por ela eram taxados”.⁸ Com o apoio de judeus e protestantes, a Legião da Decência “conseguiu angariar onze milhões de assinaturas em dez semanas, forçando os produtores a cederem a suas reivindicações”.⁹

Ressaltamos que, neste período histórico, o cinema americano já exercia uma hegemonia no mercado mundial, inclusive brasileiro, e tudo o que lá acontecia referente ao cinema fazia ecos por aqui. Isto justificava, “[...] o empenho dos católicos americanos no saneamento de filmes, uma vez que censurados nos Estados Unidos, também não seriam exibidos nos outros países”.¹⁰ Tal situação também serve de explicação para o empenho e êxito da Legião da Decência americana em censurar

⁵ RIBEIRO, José Américo. **O cinema em Belo Horizonte: do cineclubismo a produção cinematográfica nos anos 60**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997, p. 157.

⁶ SIMÕES, Inimá. **Roteiro da Intolerância: a censura cinematográfica no Brasil**. São Paulo: SENAC, 1999, p. 32-34.

⁷ ALMEIDA, Cláudio Aguiar. **Meios de comunicação católicos na construção de uma ordem autoritária: 1907/1937**. 2002. Tese (Doutorado em História) – Programa Pós-Graduação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, p. 223.

⁸ Ibid.

⁹ Ibid.

¹⁰ Ibid., p. 223-224.

alguns filmes considerados imorais, de acordo com o que esta Legião acreditava ser o correto a ser seguido.¹¹

No que se refere aos impactos da Legião da Decência no Brasil, percebe-se que a mobilização dos católicos norte-americanos em prol da moralização do cinema, era acompanhada com atenção pelos redatores de *Vozes de Petrópolis*, importante revista brasileira de cinema do contexto.¹² Os católicos norte-americanos eram considerados pelos redatores de *Vozes de Petrópolis* um exemplo a ser seguido e imitado pelos católicos brasileiros. O sucesso da Legião da Decência tornara mais urgente um posicionamento dos católicos brasileiros e dos redatores de *Vozes de Petrópolis* no sentido de sanear também o cinema brasileiro.¹³

Cláudio Aguiar de Almeida admite ser por este motivo exatamente, como já havia acontecido com os europeus e norte-americanos, que “[...] o clero brasileiro posiciona-se em relação ao cinema, num momento em que buscava reagir a uma das suas maiores crises: a turbulenta separação entre Estado e Igreja instituída pela República em 1889”.¹⁴

Inimá Simões, por sua vez, acredita ser bem provável que a Legião da Decência tenha oferecido subsídios para a elaboração da encíclica *Vigilanti Cura*, que “representava uma visão retrógrada da Igreja diante do cinema e de sua influência junto ao público”.¹⁵

O argumento de Inimá Simões se faz bastante pertinente a nosso propósito, uma vez que a Encíclica *Vigilant Cura* foi dirigida pelo papa Pio XI ao Episcopado norte-americano, como percebe-se:

VIGILANTI CURA

¹¹ ALMEIDA, Cláudio Aguiar. **Meios de comunicação católicos na construção de uma ordem autoritária: 1907/1937**. 2002. Tese (Doutorado em História) – Programa Pós-Graduação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002, p. 223-224.

¹² A revista *Vozes de Petrópolis* foi um adendo do Centro de Boa Imprensa, fundado em 1910, e tinha como meta combater não apenas a “má imprensa”, mas também novos instrumentos de diversão e difusão de imagens como o cinema, que faziam grande concorrência à Igreja, ocupando um espaço até então preenchido pelas missas e festas religiosas. Salientamos também que a Revista pertence ao mesmo grupo da atual Editora *Vozes*, uma das cinco maiores editoras do país.

¹³ ALMEIDA, 2002, op.cit., p. 224-225.

¹⁴ *Ibid.*, p. 38.

¹⁵ SIMÕES, Inimá. **Roteiro da Intolerância: a censura cinematográfica no Brasil**. São Paulo: SENAC, 1999, p. 34.

Aos Veneráveis Irmãos Arcebispos, Bispos e demais Ordinários dos Estados Unidos da América, em paz e comunhão com a Sé Apostólica: sobre o cinema.

Veneráveis Irmãos: Saudação e Bênção Apostólica.

Elogio da “Legião da Decência”

1. Acompanhamos com vigilante solicitude, como exige o Nosso ministério apostólico, cada obra dos venerandos antístites e de todo o povo cristão; por isto Nos foi sumamente consoladora a notícia de ter já sazonado frutos salutares e porfiar ainda mais ricas vantagens aquela providente iniciativa, que fundastes há mais de dois anos e cuja realização confiastes de modo especial à “Legião da Decência”, com o fito de, qual santa cruzada, reprimir os abusos das representações cinematográficas.

2. Isso Nos oferece o ensejo, há tanto tempo almejado, de externar mais amplamente Nosso parecer sobre este assunto, relacionado tão de perto com a vida moral e religiosa de todo o povo cristão. Antes de tudo Nos congratulamos convosco por ter esta Legião, guiada e instruída por vós e apoiada pela valiosa cooperação dos fiéis, já prestado, neste setor do apostolado, tão relevantes serviços; alegria tanto mais intensa quanto, angustiados, registrávamos que a arte e indústria do cinema chegara, por assim dizer, “em grandes passos fora do caminho”, ao ponto de mostrar a todos, em imagens luminosas, os vícios, crimes e delitos.¹⁶

O autor deixa transparecer que, além da Legião da Decência, também o *OCIC* foi um organismo internacional muito influente na culminância das encíclicas que continham orientações voltadas para o cinema.¹⁷

Assim sendo, a encíclica *Vigilanti Cura*, lançada pelo Papa Pio XI, em 1936, a princípio direcionada aos Estados Unidos, corresponde a uma manifestação oficial da Igreja Católica Apostólica Romana em relação ao cinema. Nesta encíclica, a Igreja define sua posição em face da atividade cinematográfica, traça diretrizes para a ação dos católicos e conclama a necessidade de se instituir uma classificação moral dos filmes.

Ao reconhecer o papel que o cinema exercia na formação das consciências e o papel desempenhado pelos Estados Unidos no mercado cinematográfico mundial, o papa Pio XI narra na encíclica um pequeno histórico da mobilização dos católicos norte-americanos, que resultara na efetivação da Legião da Decência. A Legião, da forma como foi concebida pelo Papa, não deveria ser percebida como uma “cruzada de breve duração”, mas como uma “incessante e universal vigilância” movida pelo propósito de

¹⁶ Papa Pio XI. Apostolado *Veritatis Splendor*. *VIGILANTI CURA*. Disponível em: <<http://www.veritatis.com.br/article/1240>>. Acesso em: 25/05/2011.

¹⁷ RIBEIRO, José Américo. **O cinema em Belo Horizonte: do cineclubismo a produção cinematográfica nos anos 60**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997, p. 157.

“defender a todo custo [...] em todo o tempo e sob qualquer forma que seja [...] a moralidade da recreação de um povo”.¹⁸

Na linhagem de várias gerações de pensadores católicos, muitos deles destacados em suas teses por refletirem sobre os impactos das imagens nas consciências, Cláudio Aguiar Almeida argumenta que o papa Pio XI refletiu especificamente sobre a imagem cinematográfica na encíclica *Vigilant Cura*. Classificando o cinema como “o meio mais poderoso [...] para influir sobre as multidões”, a *Vigilant Cura* destacava como “uma das maiores necessidades de nosso tempo” a tarefa de “trabalhar para que o cinematógrafo não continue a ser uma escola de corrupção, mas se transforme, ao contrário, em precioso instrumento de educação e elevação da humanidade”.¹⁹

Nos dizeres de Paulo Emílio Salles Gomes, em texto de 1957, “[...] a encíclica tornou-se o texto básico em questões cinematográficas, e até hoje sua influência é poderosa”.²⁰

Esta influência foi marcante no cineclubismo católico de Belo Horizonte, que faz valer das reflexões do Papa Pio XI na encíclica para justificarem suas posições e atitudes em relação ao cinema e ao público, resultando na conclusão de se educar cinematograficamente este último.

Notamos esta influência de forma mais direta a partir do fato de que a encíclica *Vigilant Cura* tinha como objetivo orientar e solicitar uma vigilância constante por parte dos fiéis à atividade cinematográfica, estabelecendo seus critérios para a definição do que seria um bom e um mau filme, como podemos notar nos seguintes trechos da mesma:

21. Os malefícios dos maus filmes

É geralmente sabido o mal enorme que os maus filmes produzem na alma. Por glorificarem o vício e as paixões, são ocasiões de pecado, desviam a mocidade do caminho da virtude; revelam a vida debaixo de um falso prisma; ofuscam e enfraquecem o ideal da perfeição; destroem o amor puro, o respeito devido ao casamento, as íntimas relações do convívio doméstico. Podem mesmo criar preconceitos

¹⁸ Papa Pio XI apud ALMEIDA, Cláudio Aguiar. **Meios de comunicação católicos na construção de uma ordem autoritária**: 1907/1937. 2002. Tese (Doutorado em História) – Programa Pós-Graduação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002, p. 225-226.

¹⁹ Papa Pio XI apud Ibid.

²⁰ GOMES, Paulo Emílio Sales, 1981 apud MALUSÁ, Vivian. **A contribuição católica na formação de uma cultura cinematográfica no Brasil dos anos 50**. Disponível em: <http://www.mnemocine.com.br/cinema/historiatextos/cinemacatolico.htm>. Acesso em: 22 Maio 2011.

entre indivíduos, mal-entendidos entre as várias classes sociais, entre diversas raças e nações.

22. Os bons filmes e seus frutos

As boas representações podem, pelo contrário, exercer uma influência profundamente moralizadora sobre seus espectadores. Além de recrear, podem suscitar uma influência profunda para nobres ideais da vida, dar noções preciosas, ministrar amplos conhecimentos sobre a história e as belezas do próprio país, apresentar a verdade e a virtude sob aspecto atraente, criar e favorecer, entre as diversas classes de uma cidade, entre as raças e entre as várias famílias, o recíproco conhecimento e amor, abraçar a causa da justiça, atrair todos à virtude e coadjuvar na constituição nova e mais justa da sociedade humana.²¹

Estes critérios são perceptíveis na conduta do cineclubismo católico de Belo Horizonte, que os levou em consideração ao desenvolver suas atividades cineclubistas.

No entanto, antes de “chegarmos” aos cineclubes, entendemos que se faz necessário uma breve retomada, considerando alguns momentos marcantes da “entrada” das ideias contidas na encíclica *Vigilant Cura* em território nacional, assim como destacar também outra encíclica muito importante para nossas pretensões, a *Miranda Prorsus*, para daí compreender melhor as atividades e posicionamentos culturais e políticos da Igreja brasileira diante da atividade cinematográfica.

Neste sentido, no Brasil, segundo o Padre Guido Logger, já existia, desde 1932, a classificação moral dos filmes, que era realizada na capital federal, orientada por Jonatas Serrano. Este serviço foi oficializado em 1938 pelo Cardeal Dom Sebastião Leme, conforme as diretrizes da encíclica *Vigilant Cura*, tomando o nome de Secretariado Nacional de Cinema da Ação Católica Brasileira.²²

No entanto, o Padre argumenta que houve uma reforma no organismo central do apostolado leigo oficial, e o Secretariado passou a ser um dos departamentos com atribuições mais amplas. Em 1950, com a extinção de todos os departamentos da Ação Católica Brasileira, Padre Guido Logger atesta que foi criado, no Secretariado Nacional da Ação Católica Brasileira, o Serviço de Informações Cinematográficas (SIC), que prosseguiu o trabalho executado anteriormente pelo departamento.²³

²¹ Papa Pio XI. Apostolado *Veritatis Splendor*. *VIGILANTI CURA*. Disponível em: <<http://www.veritatis.com.br/article/1240>>. Acesso em: 16/05/2011.

²² LOGGER, Guido. Organização, Dificuldades e Critérios na Censura do CIC. **Revista de Cultura Cinematográfica**, v.III, n.13, ago./set. 1959, p. 11-12.

²³ Papa Pio XI. Apostolado *Veritatis Splendor*. *VIGILANTI CURA*. Disponível em: <<http://www.veritatis.com.br/article/1240>>. Acesso em: 16/05/2011.

O Secretariado Nacional de Cinema servia de guia aos espectadores católicos em prol “da elevação do nível moral e cultural da arte cinematográfica”, orientados pelos princípios da encíclica *Vigilanti Cura* e também buscando “entrar em entendimento com os poderes competentes a fim de que seja oportunamente melhorada a legislação referente aos problemas criados pelo cinema no meio social”.²⁴

Em 1957, uma outra encíclica, a *Miranda Prorsus*, escrita pelo Papa Pio XII, amplia os aspectos de preocupação da Igreja a respeito do cinema, não se restringindo mais apenas a uma posição frente à classificação moral dos filmes, mas também no que diz respeito a outros segmentos da atividade cinematográfica. Neste sentido, a Igreja via encíclica manda seu recado advertindo separadamente os mais variados campos da atividade cinematográfica, não se preocupando mais apenas e exclusivamente com os filmes, mas sim com todas as atividades que não se restringem especificamente ao filme em si.

Assim sendo, enfocaremos algumas advertências que a encíclica moldou para a atividade cinematográfica. No que se refere aos empresários de cinema, a encíclica informa que “[...] devem-se lembrar que a consciência não lhes permite apresentar filmes contrários à fé e à moral, nem aceitar contratos que os obriguem a projectar”.²⁵ A respeito dos críticos, a revista adverte que “não deixará de insistir nos valores morais, tendo na devida conta os juízos que lhe permitirão com segurança evitar o perigo de cair num deplorável relativismo moral ou de confundir a hierarquia dos valores.” No que tange as salas de exibição, a encíclica enfatiza que “[...] é óbvio que as salas cinematográficas dependentes da autoridade eclesiástica, devendo garantir aos fiéis e particularmente à juventude espetáculos educativos e ambiente são, não podem apresentar filmes que não sejam irrepreensíveis sob o ponto de vista moral”.²⁶ A encíclica também fala aos distribuidores, “estes, financiando até não raro as produções, terão maior possibilidade, e por conseguinte mais grave dever, de apoiar o cinema moralmente são”.²⁷ A encíclica também se volta para os atores e atrizes, informando que “não exígua parte da responsabilidade no melhoramento do cinema toca também ao

²⁴ CAMPELO, Thaís. Jhonatas Serrano, narrativas sobre o cinema. **Cadernos de Ciências Humanas. Especiaria**, Ilhéus, UESC, v. 10, n. 17, jan./jun. 2007, p. 64.

²⁵ Papa Pio XII. Apostolado *Veritatis Splendor*. *MIRANDA PRORSUS*. Disponível em: <http://www.veritatis.com.br/article/1264>. Acesso em: 16 Maio 2011.

²⁶ Ibid.

²⁷ Ibid.

actor, o qual, se quer respeitar a sua dignidade de homem e de artista, não pode prestar-se a interpretar cenas licenciosas, nem conceder a sua cooperação a filmes imorais.²⁸ Por fim, diretores e produtores possuem as mais graves responsabilidades para a atividade cinematográfica de acordo com a encíclica, uma vez que “[...] não raro as exigências da arte imporão, aos produtores e directores de produção responsáveis, difíceis problemas morais e religiosos, os quais para bem espiritual dos espectadores e perfeição da própria obra requererão critério e orientação competentes”.²⁹

As reações provocadas pelo impacto da imagem cinematográfica, sobretudo manifestada por meio das encíclicas, são justificáveis, como sugere Inimá Simões. Segundo o autor, “[...] o cinema tirou a família de casa e a levou para as salas de espetáculo, fato este responsável por gerar novas formas de sociabilidade. O cinema abalou neste sentido a autoridade da Igreja Católica na formação de corações e mentes”.³⁰ Sobretudo muitos filmes americanos, como ressalta Inimá Simões, eram vistos como exemplos de “cosmopolitismo dissolvente”, “[...] ao mostrar a mocinha aloprada, que fumava cigarros, dançava o *shimmy* e dirigia, encarnando estilos de vida incompatíveis com o modelo de mulher cristã brasileira que a Igreja queria moldar”.³¹

Para tanto, era necessária uma “educação cinematográfica” do público, de acordo com os princípios católicos.

Em 1952, chega ao Brasil uma missão do *Office Catholique International du Cinéma (OCIC)*, para oferecer cursos e seminários e estimular a formação de cineclubes nas instituições ligadas à Igreja, com base no que as encíclicas papais estipularam sobre a atividade cinematográfica. Entre os principais nomes do “cineclubismo católico” que se consolida no período estão os Padres Guido Logger, Edeimar Massote e Humberto Didonet,³² os dois primeiros muito influentes e atuantes no cineclubismo católico de Belo Horizonte.

²⁸ Papa Pio XII. Apostolado *Veritatis Splendor*. *MIRANDA PRORSUS*. Disponível em: <<http://www.veritatis.com.br/article/1264>>. Acesso em: 16/05/2011.

²⁹ Ibid.

³⁰ SIMÕES, Inimá. **Roteiro da Intolerância**: a censura cinematográfica no Brasil. São Paulo: SENAC, 1999, p. 30.

³¹ Ibid., p. 30-31.

³² MACEDO, Felipe Cronologia do movimento cineclubista brasileiro. **Cineclube**. Disponível em: <http://cineclube.utopia.com.br/>. Acessado em: 15 Jun. 2009 apud MALUSÁ, Vivian. A Contribuição Católica na Formação de uma

Ressaltamos que, desde a década de 20, no Brasil, o cinema já era visto por muitos como um meio de se “educar” a população. Seja como divulgador ou veículo de propaganda da ideologia nacionalista, religiosa, seja no sentido de se tentar uma elevação de sua sofisticação estética e de conteúdo, muitos procuraram atribuir sentido ao cinema, molda-lo de acordo com os interesses que lhes eram convenientes.

No que se refere à proposta de se educar o público para se ter deste modo uma visão sobre o cinema compartilhada, os cineclubes católicos em questão adotaram esta proposta, visando assim tornar a visão sobre o cinema por eles tida como coerente, ou mesmo correta, uma visão mais geral. Os cineclubistas desta época se posicionaram, cada um a seu modo, como aqueles que tinham o domínio sobre o que de fato representava o cinema, e, por meio desta proposta educacional, tiveram como intenção construir, assim, uma visão comum do cinema e seus impactos no meio social de acordo com suas linhas de raciocínio.

Este projeto de educação cinematográfica pode ser considerado eficiente no âmbito dos clubes de cinema, especialmente no que diz respeito aos gostos e preferências cinematográficas dos atores sociais que foram formando uns aos outros, de geração em geração, numa rede que segundo Milene Silveira Gusmão “[...] pressupôs a troca de saberes e a produção/reprodução de valores, crenças por meio de práticas compartilhadas”.³³ A autora admite o “projeto pedagógico” dos cineclubes do contexto quando argumenta que:

Nesses percursos compareceram sobremaneira as relações entre cinema, formação humanística e engajamento político, principalmente nas práticas intergeracionais entre os anos 1940 e 1960. Esse fator funcionou tanto como elemento articulador de grupos quanto como fonte de conhecimento e informação, configurando uma prática cultural que pode ser definida como “pedagógica”.³⁴

No caso do Cine-Clube Belo Horizonte (CCBH), esta proposta de educação cinematográfica vai das encíclicas papais à *intelligentsia* católica, como podemos notar claramente nas argumentações de René Ludmann.

Cultura Cinematográfica no Brasil nos Anos 50. **Mnemocine – Memória e Imagem**. Disponível em: <http://www.mnemocine.com.br/cinema/historiatextos/cinemacatolico.htm>. Acesso em: 15 Mai. 2011.

³³ GUSMÃO, Milene Silveira. O desenvolvimento do cinema: algumas considerações sobre o papel dos cineclubes para a formação cultural. **IV ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Faculdade de Comunicação**, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 28 a 30 de Maio 2008, p.13.

³⁴ Ibid.

Para o intelectual cristão, “duma maneira geral, uma larga educação cinematográfica seria o meio mais positivo e mais seguro de libertar o homem contemporâneo do embrutecimento do cinema comercial”.³⁵ Em seguida, René Ludmann define como imagina uma educação cinematográfica, define o papel dos cineclubes e comenta o que entende por cultura cinematográfica:

Mas este novo tipo de cultura está em seu estado embrionário. Precisa de ser integrado pouco a pouco em todos os graus de ensino, mesmo no primário. Depois, tem de continuar nos cineclubes, que deveriam deixar de ser células fechadas, orientadas para a formação dos quadros dirigentes, e tornar-se cada vez mais o prolongamento da cultura escolar, como uma nova escola de adultos.

Por cultura cinematográfica, no entanto, um cristão entende mais do que estereis discussões estéticas sobre a qualidade duma imagem, o ritmo duma sequência ou a raridade dum ângulo de filmagem. Para ele, todos estes problemas são apenas “esnobismos” de ociosos que falam e nada dizem [...]. Hoje a espiritualidade não se pode isolar numa redoma com ar condicionado. Só uma vida interior forte e profunda eliminarão os bacilos que o cristão engole todos os dias.³⁶

Decorre daí que este grupo católico voltado para o cinema percebe a necessidade de uma educação cinematográfica, como proposta por Lauro de Oliveira, então secretário geral do Centro de Orientação Cinematográfica da Ação Católica. Sobre a necessidade de se educar o público, escreve:

É esta, a meu ver, a tarefa mais urgente e importante a ser executada pela Ação Católica Cinematográfica [...].

Em 1952 o *Office Catholique Internactional Du Cinema (OCIC)*, que é o organismo máximo de ação católica cinematográfica no plano internacional [...] consideraram a formação cinematográfica dos meios dirigentes como medida eficaz para a educação do grande público. Nesse sentido se recomendava a introdução do ensino de cinema nos seminários e a realização de cursos para sacerdotes e dirigentes intelectuais cristãos, ao mesmo tempo que se procura despertar nos centros intelectuais legítimas vocações de cineastas católicos. Visando a formação das massas, recomendava-se o uso intensivo e divulgação (imprensa, rádio, televisão, campanha do bom filme, cine-forum, filme-forum, etc.), de modo a orientar positivamente o público para filmes de real valor humano e artístico.³⁷

Foram então disseminados cineclubes católicos por todo o país com estes objetivos, ou seja, uma educação cinematográfica com base nas propostas dos

³⁵ LUDMANN, René. **Cinema, fé e moral**. Lisboa: Editora Aster, 1959, p. 45.

³⁶ Ibid.

³⁷ APOSTOLADO CINEMATOGRAFICO. **Revista de Cultura Cinematográfica**, V.II, n.8, out./nov. 1958, p. 64.

intelectuais cristãos, das encíclicas e do *OCIC*, visando uma vigilância as películas por meio de uma classificação moral, que muitas vezes levava em conta também uma vigilância política, uma vez que a Igreja tinha os seus respectivos adversários.

Foi então como um dos principais dirigentes do CCBH e crítico da Revista de Cultura Cinematográfica que o padre Guido Logger buscou justificar, com base em uma visão de moral partilhada pelos clérigos, os motivos pelos quais acreditava que a censura de determinados filmes se fazia coerente de acordo com os princípios postulados pelo cineclubismo católico como ramificação de um todo centrado na Ação Católica Brasileira.

Em 1953, registra-se a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e nesta reunião instituiu-se a criação do Centro de Orientações Cinematográficas, sob a presidência do Padre Guido Logger, tendo como objetivo principal, conforme a argumentação de Milene Silveira Gusmão, a formação de espectadores.³⁸ Esta ação da Igreja Católica, no entendimento da autora, “mobilizou recursos e pessoas para a implantação de uma política para a atividade cineclubista, que promoveu cursos e formou equipes para difundir seu modo de organização”.³⁹ Para isso, a autora salienta que a Igreja Católica investiu na publicação de livros e apostilas – no caso do CCBH, revistas. Milene Silveira Gusmão estima que chegou a cem o número de cineclubes sob comando da Ação Católica no Brasil.⁴⁰

Segundo Vivian Malusá, a influência das encíclicas teve, por um longo período, muitos reflexos em todo o movimento cineclubista brasileiro, espalhando-se pelo país.⁴¹

Uma destas influências pode ser percebida por meio da atuação do CCBH, oriundo de outro cineclube, a saber, o Cine-Clube Ação Católica, este, iniciado pelo sacerdote dominicano frei Francisco de Araújo, recém chegado da França e bastante

³⁸ GUSMÃO, Milene Silveira. O desenvolvimento do cinema: algumas considerações sobre o papel dos cineclubes para a formação cultural. **IV ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Faculdade de Comunicação**, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 28 a 30 de Maio 2008, p. 9.

³⁹ Ibid.

⁴⁰ Ibid.

⁴¹ MALUSÁ, Vivian. A Contribuição Católica na Formação de uma Cultura Cinematográfica no Brasil nos Anos 50. **Mnemocine – Memória e Imagem**. Disponível em: <http://www.mnemocine.com.br/cinema/historiatextos/cinemacatolico.htm>. Acesso em: 15 Mai. 2011.

entusiasmado pela atuação dos cineclubes daquela nação.⁴² O Cine-Clube Ação Católica passou por um período de crise em sua curta existência, porém, o surgimento da Ação Social Arquidiocesana (ASA) o ajudou a se recuperar. Sob os auspícios da ASA, o cineclubista passou a se denominar Cine-Clube do Departamento da ASA. Em 1959, o cineclubista recebeu a denominação que o tornaria reconhecido como um dos mais importantes cineclubes brasileiros do contexto: Cine-Clube Belo Horizonte (CCBH).⁴³

Tendo por finalidade a formação de um público específico por intermédio de uma “educação cinematográfica”, o CCBH ofereceu à comunidade, além de sessões comentadas, cursos de educadores cinematográficos. Porém, os filmes eram exibidos com uma cotação moral (que ia de acordo com as orientações das encíclicas) e uma censura, em muitos casos, mais rigorosa que a censura oficial do Estado, conforme admitiam os próprios cineclubistas católicos.⁴⁴ Muitos filmes, sobretudo os de maiores repercussões no contexto, como não poderia deixar de ser, foram alvos de críticas polêmicas nas publicações destes cineclubistas católicos, entre eles destacamos **Rio 40 Graus** (Nelson Pereira dos Santos), acusado de ser um filme comunista e imoral, **O Salário do Medo** (Henri-Clouzot), polemizado por conta da problemática do imperialismo norte-americano e também pela moralidade duvidosa e **Martinho Lutero** (Irving Pichel), bastante criticado e discutido pela visão que este filme apresentou sobre a Igreja Católica, entre outros.⁴⁵

As cotações morais são apontadas como uma prática censora por parte da Igreja, e René Ludmann alega que esta cotação é algo maior que uma simples censura supletiva. Ele alega que o cristão tem uma consciência mais delicada e quer viver um ideal de vida superior, daí tais cotações deveriam partir da Igreja. Estas cotações são maneiras de expansão, “pois o cristão não pode admitir certos filmes e nem pagá-los com seu dinheiro, porque afinal eles estão em oposição as suas convicções”.⁴⁶ A

⁴² CINE-CLUBE. **Revista de Cultura cinematográfica**, V.2, n.12, p. 35-38, Set/Out. 1957.

⁴³ Depoimento dado por José Alberto da Fonseca a José Américo Ribeiro em 1986. In RIBEIRO, José Américo. **O cinema em Belo Horizonte: do cineclubismo a produção cinematográfica nos anos 60**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997, p. 47.

⁴⁴ O CINEMA IDEAL. **Revista de Cultura Cinematográfica**, v.2, n.8, Out./Nov. 1958.

⁴⁵ Para uma observação mais detalhada dos posicionamentos dos críticos católicos em relação a filmes específicos por eles comentados no contexto, indicamos a Revista de Cultura Cinematográfica, disponível na Biblioteca da Faculdade de Belas Artes da UFMG e também a dissertação de mestrado CHAVES, Geovano Moreira. **Para Além do Cinema: o cineclubismo de Belo Horizonte (1947-1964)**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

⁴⁶ LUDMANN, René. **Cinema, fé e moral**. Lisboa: Aster, 1959, p. 42.

classificação moral dos filmes não pretende ser, na opinião do pensador, uma barreira, mas um serviço.⁴⁷

As críticas completas produzidas pela “ala” da Ação Católica Brasileira justificando as cotações morais eram incluídas nos boletins do SIC, que saíam duas vezes por mês. Estas críticas eram enviadas aos correspondentes dos Estados para que eles as divulgassem em suas cidades ou regiões.⁴⁸ O padre Guido Logger indica o número de 250 correspondentes, mas ainda assim considera este número insuficiente “para o trabalho penoso da censura”. O padre conclama aos correspondentes que façam ampla divulgação das cotações pela imprensa, nas portas de Igrejas e Capelas e em colégios.⁴⁹

O grande problema enfrentado pelos correspondentes e pelos censores, segundo padre Guido Logger, era quanto à divulgação, pois muitos, em nome da liberdade e da imposição comercial, apresentavam uma incompreensão do que chamavam de “censura católica”, inclusive, até mesmo muitos católicos, nos dizeres do padre, não compreendiam os motivos reais de tal atividade. Para o padre “a obrigação de abster-se de coisas que possam levar ao pecado, que possam perturbar a própria consciência decorre da própria moral e não da censura”, e a censura neste caso seria “apenas um conselho amigo, uma informação”.⁵⁰

A proposta de educação pelo cinema nos moldes católicos, via cineclubes, levou em consideração sobretudo princípios morais, no sentido de um temor, o que René Ludmann chamou de “deformação religiosa”⁵¹, ou seja, de que o cinema pudesse desvirtuar os cristãos dos princípios da moralidade desejada pela Igreja, que por isso temia em perder público para as sessões cinematográficas.

A partir daí, acreditamos que os filmes que as telas do CCBH exibiram foram assistidos pelos atores sociais deste cineclube de modo a difundir, de acordo com suas perspectivas, conceitos éticos, sociais e políticos que estavam de acordo com as opiniões da Igreja sobre a atividade cinematográfica.

⁴⁷ LUDMANN, René. **Cinema, fé e moral**. Lisboa: Aster, 1959, p. 42-43.

⁴⁸ REDAÇÃO. **Revista de Cultura Cinematográfica**, v.1, n.2, Set./Out. 1957.

⁴⁹ Ibid.

⁵⁰ Ibid.

⁵¹ LUDMANN, 1959, op.cit., p. 43.

Os cineclubistas católicos fizeram uso de processos de apropriação e ressignificação de filmes e periódicos e construíram identidades ao grupo do qual faziam parte. Os filmes que “trazem prejuízos à saúde moral e espiritual da sociedade”, que “ataquem a religião ou a tornem desprezível, odiosa e ridícula”,⁵² poderiam corromper, do ponto de vista da educação cinematográfica proposta pelo ideário católico, a alma dos espectadores.

A data de encerramento do CCBH não pode ainda ser precisada, mas sabe-se que a edição de sua última revista se deu em 1963.

A não continuidade do CCBH não significou, contudo, o desaparecimento do movimento cinematográfico católico em território belo-horizontino. Ele iria continuar com a Federação de Cine-Clubes de Minas Gerais, com a Escola Superior de Cinema e com a militância católica em congressos nacionais de cineclubes. Além disso, o cineclubismo católico de Belo Horizonte contribuiu bastante para os debates futuros sobre estratégias de educação cinematográfica por meio de seu principal meio de divulgação de suas propostas, a saber, a Revista de Cultura Cinematográfica.

A Revista de Cultura Cinematográfica, produzida pela UPC (União dos Propagandistas Católicos) – organismo católico que tinha como meta principal a divulgação das palavras do Papa em defesa de valores humanos,⁵³ com a colaboração dos dirigentes do CCBH e distribuição no cineclube, apresentou uma tiragem regular, obedecendo a uma razoável ordem bimestral de publicações. Teve ao todo 36 edições, distribuídas entre os anos de 1957 e 1963, com exceções breves de regularidade.

A educação do público pode ser considerada o grande intento da Revista de Cultura Cinematográfica. Mesmo objetivando difundir o cinema enquanto arte e técnica, a preocupação com a formação do espectador, de acordo com os padrões morais da Igreja Católica, era a principal finalidade da revista, assim como também do cineclube. Em alguns editoriais da Revista de Cultura Cinematográfica, a título de ilustração, podemos observar com mais veemência as suas diretrizes, como exemplificados nos editoriais que seguem:

[...] Por aí se vê que a influência do cinema na sociedade pode ser no sentido do bem e do mal. A penetração dos maus filmes constitui um

⁵² LOGGER, Guido. Organização, Dificuldades e Critérios na Censura do CIC. **Revista de Cultura Cinematográfica**, v.III, n.13, ago./set. 1959, p. 13.

⁵³ RIBEIRO, José Américo. **O cinema em Belo Horizonte: do cineclubismo a produção cinematográfica nos anos 60**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997, p. 95.

sério problema. É necessário grande vigilância, principalmente por parte dos bons católicos, que devem orientar os incautos e fazer forte combate às películas imorais, ou a quaisquer filmes, que possam inocular nas almas inocentes a semente da maldade.⁵⁴

A Revista de Cultura Cinematográfica é uma publicação moral, guiada pela filosofia cristã, única, irretorquível, sem sofismas, portanto imperturbável. Nunca germinada de paixões políticas nem de exacerbação dos estados psíquicos, transitórios.⁵⁵

Também no capítulo intitulado “Apostolado Cinematográfico” da Revista de Cultura Cinematográfica, há uma conclamação de que

[...] a Igreja deve aplicar aos meios modernos de difusão do pensamento sua doutrina de verdade e vida. Situada fora do tempo, embora nunca perca o contacto com os problemas humanos para dar-lhes caráter de transcendência, não poderia a Igreja ignorar o fenômeno cinematográfico, que tem deixado em nosso século a marca de sua profunda influência.⁵⁶

Neste mesmo período, é sabido que, um dos grandes “adversários” da Igreja Católica, se não o maior, era a doutrina comunista, que inclusive vinha também fazendo uso do cinema, como o *cinemício*.⁵⁷ No entanto, a representação do comunismo como inimigo máximo não derivava apenas do medo da conquista por parte dos “vermelhos” das classes trabalhadoras. De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta, “a questão principal, na ótica dos responsáveis católicos, é que a doutrina comunista rivalizava e questionava os fundamentos básicos das instituições religiosas”.⁵⁸

A organização do cineclubismo de orientação católica, em Belo Horizonte, na metade do século passado, vai ao encontro da intenção de criação da Federação Nacional dos Cineclubes e na organização de vários encontros nacionais, nos quais a dicotomia entre cineclubistas católicos e leigos foi marcante, inclusive na defesa por parte dos católicos de se afastar dos encontros os militantes “vermelhos”. Nas páginas

⁵⁴ Editorial. **Revista de Cultura cinematográfica**. V. 2, n. 08, p. 1, Nov. 1958.

⁵⁵ Ibid., p. 1-3.

⁵⁶ Apostolado Cinematográfico. **Revista de Cultura Cinematográfica**, v. II, n. 8, p. 61, Out./Nov. 1958.

⁵⁷ Segundo Elysabeth Senra de Oliveira, os cinemícios eram comícios realizados em praça pública e promovidos pelo Partido Comunista. Estes cinemícios eram precedidos por filmes de propaganda política em que os problemas básicos da cidade eram mostrados ao público. Esta programação chega ao fim com a ilegalidade do Partido Comunista decretada na segunda metade da década de 40. (Cf. OLIVEIRA, Elysabeth Senra de. **Uma geração cinematográfica**: intelectuais mineiros da década de 50. São Paulo: Annablume, 2003, p. 47.)

⁵⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002, p. 20.

da Revista, encontramos as convocações para estes encontros nacionais de cineclubes, e, deste modo, destacamos o encontro de Aracaju,⁵⁹ uma vez que este visava estabelecer a Federação Brasileira de Cine-clubes. O que nos chamou a atenção nesta convocatória, presente nas páginas da Revista para este encontro, foram os seguintes dizeres:

[...] A entidade (o cineclubes Aracaju) mandará convites às suas irmãs para que se façam representar, e é justamente para elas que escrevo esta nota. Peço que escolham bem seus representantes, pois aparecerão os vermelhos com vestimentas de anjos, querendo ir ao Congresso e quando lá chegarem fazer aquilo que sempre fizeram: anarquia. Estarão reunidos congressistas de todo o Brasil, elementos que sonham com uma união de classe que os torne mais fortes: não estarão reunidos pseudo-intelectuais que só entendem de anarquias.⁶⁰

O anticomunismo foi difundido no interior dos cineclubes católicos, muitas vezes de forma velada, mas presente, inclusive amparados por todo um discurso do Apostolado Cinematográfico e, assim como outras associações católicas, os cineclubes desta estirpe também contribuíram para a construção de um imaginário anticomunista no Brasil de meados dos anos 1950.

Desta forma, entendemos que, no período correspondente as décadas de 40, 50 e 60 do século passado, um forte movimento de orientação católica estimulou, de acordo com seus respectivos anseios, um modelo de cultura cinematográfica que acabou culminando em curso de educadores cinematográficos e na fundação de cineclubes, em Belo Horizonte e em várias outras cidades brasileiras.

⁵⁹ Aconteceu em Aracaju – segundo a *Revista*, por se tratar do centenário da cidade.

⁶⁰ NOVAES, J. Roberto. Pelos Cine-Clubes. **Revista de Cultura Cinematográfica**, v. III, n. 13, p. 55, Ago./Set. 1959.